

TRABALHO, EDUCAÇÃO E DEFICIÊNCIA MENTAL: A INCLUSÃO LABORAL COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

Solange Maria Alves¹

Susane Cristina Thebaldi Veber²

Rosely Catarina Fritzen Scheid³

Resumo: É bastante atual e polêmica a discussão em torno de processos de inclusão social no campo de políticas públicas em geral, mais particularmente no que se refere à inclusão de pessoas com deficiência mental. Se por um lado observa-se o engessamento desse processo por conta de dificuldades de ordem política e ideológica, por outro se verifica uma paralisação decorrente de limites na quebra de paradigmas e preconceitos em relação às capacidades dessas pessoas. E, ainda, assiste-se no contexto atual, um empreendimento que é também político e pedagógico no sentido de abrir espaços de inserção de pessoas com deficiência mental, no mercado de trabalho. Sobre este último aspecto se debruça o presente artigo cuja pretensão é refletir, com base em resultados de pesquisa, as mudanças ocorridas no desenvolvimento psicológico de pessoas com deficiência mental em processo de inclusão no mercado de trabalho. Especificamente, procuramos identificar como o ser humano se desenvolve psicologicamente sob o enfoque histórico-cultural; e, ainda, compreender o desenvolvimento da pessoa com deficiência mental a partir do referencial histórico-cultural; entender o que é trabalho na visão marxista; e identificar, no contexto, como se caracteriza o mercado de trabalho, na atualidade, em relação a pessoa com deficiência mental.

Palavras-chave: Trabalho, inclusão, deficiência mental, desenvolvimento humano.

Sobre o par inclusão-exclusão

No conjunto das políticas propostas no contexto de reordenamento da economia liberal globalizada, o termo inclusão vem referendando o que pretende ser um “novo” foco sobre os processos excludentes paradoxalmente criados por essa mesma lógica social. Concordando com Amaral (2002, p. 239),

[...] os discursos oficiais passam a cooptar argumentos de movimentos sociais, explicitando preocupação com desigualdade, exclusão escolar, laboral e social *lato sensu*, má distribuição de renda, miséria, etc., como se as políticas econômicas internacionais não fossem, justamente e em muito, responsáveis por elas.

É a contradição dos processos sociais se fazendo sentir num campo antes menos explícito. No âmbito das práticas discursivas – que a nosso ver são constituições sígnicas de gênese sócio-histórica –, o par exclusão-inclusão ganha corpo num contexto marcado por mudanças de ordem política, ideológica e econômica de grandeza global. Tais processos, em face de inúmeros fatores, ao mesmo tempo em que aceleram a vida e os meios de produção e reprodução da vida – novas e complexas tecnologias –, desnudam a perversidade de um modelo de sociedade cuja sobrevivência se garante pela exclusão de muitos sujeitos e de diferentes modos.

Paradoxalmente, a mesma tecnologia que simboliza o máximo da humanização, da inteligência humana como fonte transformadora da natureza e produtora da cultura, não se submete à apropriação e, portanto, à humanização, de um significativo número de pessoas. Sujeitos esses que, dado o formato da organização social, não alcançam os benefícios que os novos e complexos artefatos tecnológicos proporcionam a alguns. A esse não alcance convencionou-se chamar exclusão. Assim, temos os excluídos pela fome, pela miséria, pela pobreza que, coincidentemente, via de regra, são igualmente excluídos pela cor, pela ignorância, pela opção sexual, pelo sexo, pela deficiência física ou mental ou financeira, ou...

A questão é: até que ponto são de fato excluídos? Se tomada essa expressão com base no formato social vigente, podemos arriscar mesmo a dizer que não há exclusão. Na lógica da sociedade liberal cada indivíduo é livre e exerce o seu livre arbítrio da forma que lhe convier ou de acordo com seus talentos inatos. É em face disso que ele ocupa um dado lugar no arranjo social. Sob esse prisma, a tão proclamada exclusão pode estar ocultando a inclusão. Estaríamos todos incluídos na medida em que, assumimos o lugar que nos cabe na engrenagem social. Para a lógica estabelecida e hegemônica, manter a fome, a pobreza, o preconceito de toda ordem, em que pese o discurso contrário, é importante, uma vez que possibilita a ampliação de espaços de reprodução dos seus princípios fundamentais: o individualismo, a livre concorrência, o consumismo e, sobretudo, a reprodução pela crença de que está é uma questão dada e imutável. Daí que

As políticas econômicas atuais, no Brasil e em outros países, que seguem o que está sendo chamado de modelo neoliberal, implicam a proposital *inclusão precária e instável, marginal*. Não são, propriamente, políticas de exclusão. **São políticas de inclusão das pessoas nos processos econômicos, na produção e na circulação de bens e serviços, estritamente em termos daquilo que é racionalmente conveniente e necessário à mais eficiente (e barata) reprodução do capital. E, também, ao funcionamento da ordem política, em favor dos que dominam.** (MARTINS, 1997, p. 20 – negrito nosso).

Por outro lado, quando se fala de exclusão, do que mesmo se está falando? Como explicita Martins (1997), no contexto atual, frente à teia de possibilidades discursivas que enredam o sentido da expressão, parece que exclusão deixa de ser a expressão de contradição no desenvolvimento da sociedade capitalista. É como se fosse um estado, insiste o autor, uma coisa fixa. Reflexo do formato social visto sob uma ótica linear. Nesse caso, a nosso ver, a expressão serve mais para justificar a imobilidade de forças no sentido da superação de situações de exclusão. Além disso, corre-se o risco de vitimar a própria vítima e ocultar ou negligenciar os espaços contraditórios passíveis de ampliação e mudança.

Como refere Martins (1997), opinião da qual comungamos:

[...] rigorosamente falando, não existe exclusão: *existe contradição, existem vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes*; existe o conflito pelo qual a vítima dos processos excludentes proclama seu inconformismo, seu mal estar, sua revolta, sua esperança, sua força reivindicativa e sua reivindicação corrosiva. Essas reações, porque não se trata estritamente de exclusão, *não se dão fora* dos sistemas econômicos e dos sistemas de poder. Elas constituem o imponderável de tais sistemas de tais sistemas, *fazem parte deles* ainda que os negando. As reações não ocorrem de fora para dentro, elas ocorrem no interior da realidade problemática, “dentro” da realidade que produziu os problemas que as causam. (p. 14 – grifos do autor).

A reflexão de Martins (1997) nos informa de maneira ímpar sobre o cuidado político com o uso da expressão exclusão. E mais, permite observar a fragilidade do discurso da inclusão. O significado da palavra inclusão, no âmbito das políticas marcadamente liberais, acaba, de fato, expressando uma perspectiva de adaptação ao que está posto. O que Martins (1997) chama de inclusão precária, instável e marginal.

Na relação com o objeto de reflexão neste texto, o argumento de Martins (1997), assume particular importância na medida em que nos auxilia na explicitação de uma das facetas através das quais se apresenta e adquire significado, a palavra inclusão.

A referência aqui é a inclusão de pessoas com deficiência mental no mercado de trabalho e, por ser esse mercado de trabalho regido pelas leis da lógica liberal da economia, é fácil perceber que, nesse caso, trata-se de inclusão precária, marginal e instável (MARTINS, 1997). Isso porque, nessa perspectiva mercadológica que é também e necessariamente política, assim como é livre a concorrência e a competitividade, é livre o indivíduo para agir de acordo com suas competências ou talentos – via de regra aurelados por uma sinistra capacidade inata –, para adaptar-se às normas estabelecidas pelo mercado.

Vista sob esse prisma, a inclusão de pessoas com deficiência mental no mercado de trabalho pode ser compreendida como uma política que, para além da legislação e em acordo com o discurso liberal, corresponde a uma prática do que, aos olhos do mundo desavisado, pode-se chamar de “politicamente correto”. Não é o mercado que muda para acolher o sujeito com deficiência mental, é o sujeito que se adapta a esse processo.

Tendo claro esse paradoxo e compreendendo a dialeticidade do movimento social, nosso interesse por esses sujeitos não se fixa no campo sociológico de cunho político e econômico, mas procura, em face das contradições, identificar mudanças de caráter subjetivo cuja origem e desenvolvimento pudessem estar associadas à inclusão – ainda que precária –, no mercado de trabalho.

Trabalho, desenvolvimento humano e inclusão

Partindo de um fundamento histórico-cultural, procuramos investigar meninos e meninas com deficiência em situação de inclusão laboral. Pensar a inclusão de pessoas com deficiência mental no mundo do trabalho constitui um desafio, de modo particular quando se tem no ponto de partida a dimensão pedagógica desse processo.

Nos limites dessa reflexão¹, originária do campo da atuação pedagógica, impõe-se observar, no mínimo, duas direções importantes e que se confundem em face da matriz filosófica. Trata-se da psicologia histórico-cultural e da sociologia de vertente marxista. Isso porque, quando se fala em desenvolvimento humano, nos parâmetros colocados, faz-se referência à necessária distinção entre o que se define como espécie e o que se caracteriza como gênero humano². O desenvolvimento humano está, assim, alicerçado na crença de que o humano é um processo constituído a partir de fatores externos ao sujeito e, portanto, vinculados às relações sociais.

Mais que isso, compreender o desenvolvimento humano desde uma perspectiva que considere as relações sociais como fator de grande força na constituição do humano, requer esclarecer o que de fato está

sendo dito na expressão “o humano é construído social”. Aqui reside um aspecto central da reflexão empreendida, uma vez que, a nosso ver, conceber o humano como fenômeno produzido em processos sociais implica destrinchar, por assim dizer, esse conceito. Nos parâmetros que nos orientam colocam-se como elementos centrais as categorias trabalho e linguagem. Como ensina Lukács (1996, p. 01),

Para expor em termos ontológicos as categorias específicas do ser social, o seu desenvolvimento, a partir das formas de ser precedentes, sua articulação com estas, sua fundamentação nelas, sua distinção em relação a elas, é preciso começar pela análise do trabalho.

Isso porque, desde o fundamento materialista histórico-dialético, o homem é, antes e, sobretudo, produto das relações que se constituíram a partir do invento e uso de tecnologias mediadoras da sua relação com o meio. Além disso,

[...] a psicologia histórico-cultural tem no trabalho um de seus principais alicerces. Pois, é através dessa atividade, realizada em condições específicas, que emerge, no homem, aquilo que o diferencia decisivamente de outras espécies: um funcionamento psicológico típico cuja gênese está nas relações sociais nascidas no trabalho. Assim, o funcionamento psicológico tipicamente humano, as formas de comportamento e a constituição da personalidade são sempre resultado de um processo de criação que se realiza pela apropriação ativa dos inventos humanos presentes tanto nas tecnologias – objetos da criação humana –, quanto nas relações sociais em que se efetivam mediações simbólicas fundamentais para o desenvolvimento de funções psicológicas superiores. (ALVES, 2008, p. 73).

Se, compreendido o trabalho como invento que gerou a humanidade, o humano não se reduz ao funcionamento biológico de um organismo, mas passa a ser compreendido como gênero, que no dizer de Duarte (1993, p. 18) significa:

[...] uma categoria que expressa a síntese, em cada momento histórico, de toda a objetivação humana até aquele momento. A linguagem, por exemplo, é uma objetivação humana, uma objetivação genérica. Todos os seres humanos têm que se apropriar dessa objetivação genérica para poderem viver.

Nessa perspectiva, a razão do homem ser homem só pode ser compreendida e apreendida na sua complexidade a partir do trabalho. O trabalho é um processo no qual participa o homem e a natureza, através da sua força de trabalho é capaz de transformá-la utilizando os meios que encontra nela. Essa atividade é especificamente humana.

Leontiev, citado em Duarte (2004), argumenta que enquanto os animais agem para satisfazer suas necessidades, os seres humanos agem para produzir os meios de satisfação de suas necessidades. Pois, somente o homem pode projetar mentalmente o que deseja executar, e transformar os objetos em utilidades essenciais para a sua vida.

Os seres humanos, a partir de um certo ponto da evolução natural (biológica), tornaram-se biologicamente aptos à realização de uma atividade chamada 'trabalho'. [...] tanto no passado como no presente e também no futuro há certas características que definem o trabalho como uma atividade humana, fazendo agora abstrações das transformações históricas. (DUARTE, 2004, p. 48).

Na perspectiva marxista, o ato de produção dos meios de satisfação das necessidades, juntamente com o ato de transmissão desse saber para outros membros do grupo (comunicação), fez do homem um ser cujas habilidades intelectuais vão além dos limites do próprio organismo. O que significa dizer que o homem se objetiva enquanto tal à medida que apreende, se apropria, toma para si de modo consciente, as invenções das gerações que o precederam, as transforma e as transmite às gerações vindouras e assim, faz história.

O que possibilita o desenvolvimento histórico é justamente o fato de que a apropriação de um objeto (transformando-o em instrumento, pela objetivação da atividade humana nesse

objeto, inserindo-o na atividade social) gera na atividade e na consciência do homem, novas necessidades e novas forças, faculdades e capacidades. Ou seja, a relação entre objetivação e apropriação na incorporação de forças naturais à atividade social, gera a necessidade de novas apropriações e novas objetivações. (DUARTE, 1993, p. 35).

Sob esse prisma, a reprodução biológica da espécie humana, embora seja fundamental para o desenvolvimento da história, não é suficiente. Dado que a reprodução biológica não garante o desenvolvimento de funções intelectuais cujo aparecimento e desenvolvimento se deve ao invento de instrumentos, ao trabalho e, portanto, às relações sociais construídas em seu entorno; dizendo de outro modo: ao gênero humano, que no dizer de Duarte (1993, p. 18) significa:

[...] uma categoria que expressa a síntese, em cada momento histórico, de toda a objetivação humana até aquele momento. A linguagem, por exemplo, é uma objetivação humana, uma objetivação genérica. Todos os seres humano têm que se apropriar dessa objetivação genérica para poderem viver.

Desde a concepção marxista, a razão de o homem ser homem só pode ser compreendida e apreendida na sua complexidade a partir do trabalho. O trabalho é um processo do qual participam o homem e a natureza. Por esse movimento, transformam-se reciprocamente. Contudo, o trabalho como atividade vital é uma ação especificamente humana.

O homem como ser genérico é, então, produto do trabalho. Assim, compreender o ser humano implica compreender que humanizar-se significa apropriar-se das objetivações humanas que se traduzem sob a forma de funções psicológicas superiores, fruto do ato de criar inerente ao ato de trabalhar. Ao criar instrumentos mediadores de suas relações com o mundo, o homem cria a si próprio como gênero, pois, o ato de criação ao mesmo tempo em que demanda habilidades intelectuais diferenciadas como planejamento, classificação, abstração, etc., também as produz em novas formas, mais complexas. Formas

cujo uso no processo de trabalho resultará em novos instrumentos para novas necessidades e, assim, sucessiva e infinitamente. É por isso que ao se apropriar das objetivações o homem se humaniza.

[...] o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento forças naturais pertencentes à sua corporalidade [...] Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita a jogo de suas forças a seu próprio domínio (MARX, 1985, p. 149).

Mais especificamente, no âmbito da psicologia histórico-cultural – abordagem que orienta este estudo –, isso significa dizer que o desenvolvimento psicológico do ser humano precisa ser observado para além dos limites filogenéticos da espécie. Precisa ser visto como processo que se efetiva mediante a inserção do sujeito num contexto de relações sociais, dado que aí se encontra a trama de objetivações cuja apropriação fomenta o desenvolvimento de funções psicológicas tipicamente humanas. É nesse processo que o homem se humaniza.

Sob esse enfoque, o desenvolvimento psicológico tipicamente humano é concebido como produto do advento do trabalho que, segundo Leontiev, deve ser compreendido em duas importantes dimensões: a) a fabricação de instrumentos, de novas tecnologias, que significa uma ação humana imbuída de sentido. O instrumento produzido tem um fim, é meio para alcançar um determinado objetivo, por isso, cada instrumento feito ou refeito contém em si, objetivado nele, a razão pela qual foi elaborado. Além disso, o instrumento materializa o ato de criação ou de criatividade e expressa, por isso, não apenas um instrumento técnico, mas um instrumento revelador da habilidade intelectual mobilizadora da ação do ser humano desnudando um tipo específico de funcionamento psicológico, desencadeado pela prática. Revela, pois, a dialeticidade do movimento através do qual se modificam homem e natureza. b) A atividade desenvolvida (trabalho) é sempre um ato de

criação conjunta, coletiva e voltada para uma finalidade. De um ponto de vista psicológico, isso faz toda a diferença. Primeiro porque a ação social implica certo ato mental de deslocamento da situação imediata. Um distanciar-se da realidade para tomá-la a partir de outro lugar. Leontiev explica a importância desse movimento para o desenvolvimento do psiquismo humano:

[...] devemos considerar a consciência (o psiquismo), no seu devir e no seu desenvolvimento, na sua dependência essencial do modo de vida, que é determinado pelas relações sociais existentes e pelo lugar que o indivíduo considerado ocupa nestas relações. Assim, devemos considerar o desenvolvimento do psiquismo humano como um processo de transformações qualitativas. Como efeito, visto que as condições sociais da existência dos homens se desenvolvem por modificações qualitativas e não apenas quantitativas, o psiquismo humano, a consciência humana, transforma-se igualmente de maneira qualitativa no decurso do desenvolvimento histórico e social. (s.d., p. 95).

Segundo, entre outras questões não menos importantes, nesse coletivo nasce a necessidade de comunicação. Encontram-se aí as razões para o advento da linguagem como fenômeno tipicamente humano e fundamentalmente responsável pelo desenvolvimento, no homem, de funções psicológicas superiores como atenção voluntária, memória mediada, abstração, planejamento, organização, classificação, elaboração, análise, síntese, etc. Já dizia Engels (1986, p. 25):

O trabalho, primeiro, depois a palavra articulada, constituíram-se nos dois principais fatores que atuaram na transformação gradual do cérebro do macaco em cérebro humano que, não obstante sua semelhança, é consideravelmente superior a ele quanto ao tamanho e a perfeição.

A partir dessa compreensão do papel do trabalho no processo de desenvolvimento psicológico humano e, por meio da coleta de dados e observação, buscamos responder a indagação que orientou a

pesquisa ora em relato. Sua tarefa central foi verificar possíveis mudanças no desenvolvimento psicológico de pessoas deficientes mentais, a partir da inserção no mercado de trabalho. Isso porque, do ponto de vista teórico, estariam essas pessoas sendo desafiadas ao uso de ferramentas culturais altamente desenvolvidas em termos tecnológicos, por um lado e, por outro, frente ao desafio de relações sociais diferenciadas, marcadas pelo modo de organização das relações de trabalho e produção no contexto da organização capitalista de produção.

Deficiência mental e inclusão laboral

Vale lembrar que, no âmbito da psicologia histórico-cultural, a deficiência mental é lida de modo não fatalista, não como mera deficiência de caráter neurológico marcada pela impossibilidade de interação do sujeito que a possui. O funcionamento psicológico da pessoa com deficiência é, a exemplo do que acontece com pessoas não deficientes (nos padrões sociais colocados), resultado do movimento dialético entre a herança filogenética e o processo de apreender o saber disponível na cultura. Saber esse transmitido pelas gerações mais velhas, materializado nas formas de organização social, nos modos de comportamento, nos artefatos materiais e simbólicos por meio dos quais se apropria tanto do instrumento quanto do significado do mesmo.

O funcionamento cognitivo, nesse caso, depende fundamentalmente das relações sociais, dos processos interativos vividos pelos indivíduos humanos. São eles fortemente responsáveis pelos avanços do funcionamento intelectual e pelo processo de humanização, que não é diferente para o caso de pessoas com necessidades especiais.

Nesses casos, Vygotsky e colaboradores insistem no olhar sobre a potencialidade humana, seja no caso de uma pessoa com deficiência mental ou não. Especialmente no primeiro caso, essa tese vygotskyana de apostar na potencialidade é que permite um olhar prospectivo sobre o processo de desenvolvimento do sujeito, ou seja, o olhar sai da direção da deficiência para a direção da possibilidade de vir a ser. Essa abordagem enfatiza que todo e qualquer trabalho com

pessoas com necessidades especiais deve apostar no desenvolvimento de funções psicológicas superiores, em que pesem suas dificuldades.

Daí que a ênfase da ação pedagógica, seja na educação em geral ou no âmbito da educação especial, deva estar voltada para o desenvolvimento de funções psicológicas superiores, visto que o desenvolvimento não se formula de forma linear, evolutiva, mas se efetiva mediante um processo dialético complexo, onde ocorrem constantes mudanças e transformações que resultam da inserção cultural dos sujeitos em modos e lugares sociais específicos. “[...] No plano sociopsicológico, as possibilidades compensatórias do indivíduo concretizam-se na dependência das relações com outros e das experiências em diferentes espaços da cultura. O desenvolvimento constitui-se, então, com base na qualidade dessas vivências. (GÓES, 2002, p. 99).

No caso da especificidade da educação de pessoas com deficiência mental, então, o argumento que fundamenta essa crença vigotskiana é expressa por Góes (2002), ao afirmar que, na perspectiva histórico-cultural, o papel fundamental da educação não é o de incidir no núcleo orgânico da deficiência, dado que este não é modificável via ação educativa. Além disso, é preciso considerar que as funções psicológicas elementares (diretamente ligadas ao biológico da espécie), estão relacionadas a esse núcleo e são, por isso, menos flexíveis. Isso quer dizer que

[...] a educação do cego ou do surdo, por exemplo, não pode ser orientada para a falta de audição ou de visão e, sim, para o potencial de desenvolvimento das funções humanas complexas. [...] A peculiaridade da educação especial está em promover experiências que, por caminhos diferentes, invistam nas mesmas metas gerais, o que é indispensável para o desenvolvimento cultural da criança. Adicionalmente, deve visar a inserção social da pessoa em diferentes espaços de atividade cotidiana. (GÓES, 2002, p. 101).

Não é a deficiência por si só que traça o destino dos indivíduos, mas sim as experiências e as oportunidades que lhes são proporcionadas. Nesse sentido, Góes (2002, p. 100) afirma que “[...] O déficit orgânico não pode ser ignorado, mas é a vida social que abre possibilidades ilimitadas de desenvolvimento cultural”.

Com esse olhar, e com a clara intenção de verificar os possíveis avanços psicológicos dos sujeitos inseridos em contextos de trabalho, realizamos entrevistas em empresas, com colegas de trabalho de pessoas deficientes mentais, onde perguntamos “Como era a pessoa deficiente mental ao chegar à empresa?” As respostas foram:

Pedro...ele não tinha noção de nada nem de empacotar... como fazer... nada, nada, aos poucos ele foi aprendendo, no início ele queria fazer... aquela vontade de aprender fazer. (colega de trabalho).

Nossa, Toni ficou totalmente perdido, ele tinha até medo de ta na frente de uma mesa e entregar o cardápio. (supervisor).

Jane era uma menina bem quieta, quase não falava com a gente, era envergonhada. Era tímida, não conseguia conversar com as pessoas, era bem nervosa, fechada... sabe... as pessoas também ficavam meio assim. (colega de trabalho).

As falas destacadas permitem observar questões importantes, a nosso ver, a respeito da questão central proposta nessa pesquisa. De modo geral, todas apontam para determinados comportamentos presentes nos sujeitos a que se referem e dão indícios do significado da mudança de ambiente social na vida dos mesmos.

Se tomada a resposta dois, por exemplo, pode-se verificar o tamanho do desafio enfrentado pelas pessoas com deficiência mental que, ao ingressar em novas relações sociais de trabalho devem apropriar-se de novos saberes. Saberes que são invenções humanas, artefatos culturais humanos. “Ele não tinha noção de nada, nem de empacotar... como fazer... nada... Ou, ainda, na fala 2: “Nossa, ele ficou totalmente perdido, ele tinha até medo...”, o que também aparece na fala 3: “Era uma menina bem quieta, quase não falava com a gente, era envergonhada. Era tímida, não conseguia conversar com as pessoas...”

Meninos e meninas acostumados a uma rotina de vida que, via de regra, já não lhes rendia nenhum desafio, nenhuma necessidade de avançar, em face de sua inserção em relações sociais cujo olhar sobre

o seu desenvolvimento é ainda e, em grande medida, um olhar que orienta ações de passividade, de incompetência para o fazer e para o saber mais. Sujeitos que são, agora, postos ao enfrentamento com outros processos interativos que demandam deles e delas novas e mais sofisticadas habilidades. Habilidades que, como se pode ver nas falas, ainda não estão presentes no seu saber-fazer, funções cognitivas que só se realizarão pela mediação do outro e o outro, nesse caso, é um novo espaço de relações: o mercado de trabalho.

O homem insiste a abordagem histórico-cultural, é um ser social que nasce, evolui, adapta-se ao meio e o modifica, produzindo a vida coletiva e cultural, sendo esse desenvolvimento determinado pela prática social. Ao longo do processo histórico, caracteriza-se pelas especificidades de sua espécie na mediação da dinâmica entre suas relações. Como reforça Rego (1995, p. 41) ao referir-se às teses vygotksyanas acerca do desenvolvimento psicológico humano:

Vygotsky afirma que as características tipicamente humanas não estão presentes desde o nascimento do indivíduo, nem são mero resultado das pressões do meio externo. Elas resultam da *interação dialética* do homem e seu meio sócio-cultural. Ao mesmo tempo em que o ser humano transforma o seu meio para atender suas necessidades básicas, transforma-se a si mesmo (1995, p. 41).

Se as questões iniciais nos trouxeram elementos importantes para a percepção de como esses sujeitos chegaram a seus novos espaços interativos, o segundo momento da pesquisa que indagou acerca de características atuais dessas pessoas, traduz o significado do movimento produzido nelas. Indagados sobre: como é essa pessoa no trabalho hoje? Obtivemos respostas como:

Pedro é uma pessoa assim bem inteligente, que tem visão, que enxerga onde não tem pacote, vai atrás, pega... (colega de trabalho).

Toni evoluiu, tudo o que ele aprendeu no início ele gravou, ele guardou pra ele, e ele continua fazendo. (supervisor).
Hoje... eu noto que Pedro melhorou, melhorou bastante no

pacote, ele ta bem, ele evoluiu bastante, eu acho que ele está bem, ele é bem sensível, assim... (supervisor).

Nossa! A Jane mudou 100%. Hoje ela conversa com todo mundo, ela é extrovertida, ela não é mais nervosa, assim. Não sei, eu acho que ela não era acostumada com muitas pessoas né, e daí ela teve que se adaptar ao jeito das pessoas aqui. E hoje ela se dá bem com todo mundo. (colega de trabalho).

Na visão dos colegas, a inserção no mundo do trabalho promove um salto qualitativo importante no desenvolvimento psicológico de pessoas com deficiência mental. As falas caminham na direção de elucidar e explicitar uma crença generalizada de que, a partir desse trabalho, esses indivíduos evoluíram, melhoraram, “mudou 100%”. Cabe então perguntarmos: essas mudanças são decorrentes de quê? Poderiam ser atribuídas ao fato de que esses sujeitos foram inseridos em relações diferentes? Que mudanças efetivamente aconteceram?

Observa-se que, do ponto de vista de novas habilidades cognitivas, nas falas relativas à segunda questão, colocam-se saberes outros como um novo procedimento que, por sua vez, demanda uma apreensão, ou seja, é fruto de um aprendizado novo: ser capaz de fazer o pacote, atender o cliente com desenvoltura, conhecer os passos para realização de uma tarefa e fazer a tarefa seguindo tais passos: “É uma pessoa assim bem inteligente, que tem visão, que enxerga onde não tem pacote, vai atrás, pega...”. Tudo isso é revelador de um desenvolvimento diferente em termos psicológicos. Um saber fazer cuja origem está na aprendizagem, que é motor do desenvolvimento cognitivo tipicamente humano. Um saber apropriado mediante a inserção do sujeito em espaços sociais cujas relações são produto de inventos humanos e são, por isso, artefatos materiais e simbólicos mediadores de novas habilidades cognitivas e ou modos mais complexos de funcionamento psicológico tipicamente humano.

As funções psicológicas especificamente humanas se originam nas relações do indivíduo e seu contexto cultural e social. Isto é, o desenvolvimento mental humano não é dado *a priori*, não é imutável e universal, não é passivo, nem

tampouco independente do desenvolvimento histórico e das formas sociais da vida humana, já que sua característica psicológica se dá através da internalização dos modos historicamente determinados e culturalmente organizados de operar com informações. (REGO, 1995, p. 41-42).

Isso pode ainda ser observado na fala que destacamos a seguir.

Sandro tem executado bem suas funções, tem se integrado bastante com os colegas de trabalho. Com seu setor. Com outros setores também, é... tem sido bastante disciplinado e tem feito atividades diferentes da função dele, se agregando coisas novas. Ele a cada novo desafio, ele tem se mostrado bem disciplinado, organizado nas tarefas e nas atividades, por mais simples que elas sejam prestando bastante atenção, fazendo como foi ensinado a ele realizar aquela tarefa. (Responsável dos recursos humanos).

As mudanças que ocorrem no processo de constituição da espécie humana, portanto, podem ser atribuídas à sua capacidade de pensar e agir frente às necessidades existenciais concretas que se apresentam.

Nesse sentido, encontramos nas idéias de Vygotsky contribuições otimistas acerca da formação do psiquismo humano, inclusive de pessoas com necessidades especiais. Contudo, entendida a humanização como processo de apropriação das objetivações humanas e, conseqüentemente, desenvolvimento de funções psicológicas superiores (classificação, projeção, abstração, atenção voluntária, memória mediada...) cabe indagar: em que medida o trabalho participa do processo de humanização de pessoas com necessidades especiais? Em que medida a inserção de pessoas com necessidades especiais no mercado de trabalho contribui para esse fim?

Se tomados os referenciais históricos a partir dos quais se produziram as concepções sobre o ser humano “deficiente”, essas questões dificilmente teriam uma resposta positiva. De modo geral, a deficiência foi mais tratada como um limite intransponível, cuja única saída é o treinamento mecânico de comportamentos que tornem o

indivíduo o mais adaptado possível ao convívio social, e menos como um fato que, para além de limites, apresenta possibilidades de desenvolvimento e de melhoria significativa da qualidade de vida.

Ao longo da história, a visão depositada sobre pessoas com necessidades especiais pautou-se mais por concepções que acreditam que o funcionamento psicológico está atrelado a uma fixidez do funcionamento cerebral, contrário, portanto, à tese vygotskyana segundo a qual o cérebro deve ser visto e concebido como um órgão biológico do funcionamento psicológico, porém, dotado de grande plasticidade. O que permite apostar na capacidade de reorganização do funcionamento psicológico a partir de estímulos externos, notadamente sociais e culturais, coerentemente com a psicologia histórico-cultural.

Concluindo o inconcluso

Tomadas as categorias de trabalho e gênero humano e o desenvolvimento psicológico como produto dessa relação, podemos afirmar que a inserção de pessoas com necessidades especiais no mercado de trabalho contribui significativamente para o desenvolvimento das potencialidades humanas nestes sujeitos.

Mas essa afirmação precisa ser problematizada em face do paradoxo experimentado pela lógica de organização social ainda hegemônica. Se por um lado há evidências de desenvolvimento de formas complexas de funcionamento psicológico de sujeitos com eficiência mental colocados em relações sociais marcadas pelas regras da organização do trabalho, por outro, é preciso ponderar acerca da precariedade desse processo e indagar sobre a efetividade da inclusão laboral num contexto de mercado liberal.

Cabem aqui novas investigações que permitam refletir de modo mais contundente em torno desse modelo de organização das relações de trabalho e produção, e do modo de inclusão exercido por esse movimento. Questões como: embora se possa inferir positivamente sobre a inclusão laboral de pessoas com deficiência mental no mercado de trabalho, uma vez que esse espaço constitui-se para este sujeito numa

oportunidade inédita de vivência de outro tipo de relação social, de interação e/ou troca entre pares e isso promove nele um salto qualitativo importante em termos de funcionamento psicológico tipicamente humano, em que medida, ou sob que enfoque qualitativo, a mão-de-obra desse sujeito é concebida por essa lógica de organização das relações de trabalho e produção? A chamada inclusão laboral de pessoas com deficiência mental não estaria ocultando um barateamento dos custos de produção, tendo em vista a concepção de trabalho e produção instalada e hegemônica no contexto atual? E mais: em que medida o mesmo processo inclusivo não constitui-se em processo excludente visto que, em que pese o desenvolvimento psicológico do sujeito com deficiência mental, o mercado tende a não se modificar para recebê-lo?

Essas indagações e outras tantas que possam surgir da leitura crítica deste trabalho merecem um cuidadoso processo investigativo, o que seguramente trará contribuições para a reflexão em torno da contradição inclusão – exclusão tal como estamos experimentando neste momento da história.

Notas

¹ Professora de Psicologia da Educação e Educação Especial da UNOCHAPECÓ, doutora em educação pela FEUSP e orientadora da pesquisa que deu origem a este artigo.

² Acadêmica do curso e Pedagogia habilitação em educação especial, professora de anos iniciais do ensino fundamental atuando com educação de pessoas deficientes mentais na rede pública estadual de Santa Catarina.

³ Acadêmica do curso e Pedagogia habilitação em educação especial, professora de anos iniciais do ensino fundamental atuando com educação de pessoas deficientes mentais na rede pública estadual de Santa Catarina.

⁴ O conteúdo dessa reflexão tem origem em pesquisa de iniciação científica realizada no ano de 2005 durante o processo de graduação em pedagogia, pelas co-autoras deste artigo, sobre o processo de inclusão de pessoas com deficiência mental no mercado de trabalho, tendo como foco central as mudanças no funcionamento psicológico dos sujeitos em face aos novos contextos e movimentos experimentados. A pesquisa teve como base teórica a concepção histórico-cultural de desenvolvimento humano. O tema pesquisado vincula-se ao grupo de pesquisa: Trabalho-Educação e Teoria Pedagógicas e ao grupo: Abordagens do processo de Ensino e de Aprendizagem da UNOCHAPECÓ.

⁵ Gênero: categoria que exprime os processos histórico-sociais e culturais constitutivos do ser humano. O que diferencia a herança biológica contida na filogênese da herança histórico-cultural inerente a aspectos sociogenéticos e microgenéticos.

Referências

ALVES, Solange Maria. **Freire e Vigotski: o diálogo entre a pedagogia freireana e a psicologia histórico cultural.** Tese de doutorado. FEUSP, 2008.

AMARAL, Ligia Assunção. Diferenças, estigma e preconceito: o desafio da inclusão. In: OLIVEIRA, Marta Kohl. REGO, Teresa C. SOUZA, Denise Trento de. **Psicologia, educação e as temáticas da vida contemporânea.** São Paulo: Moderna, 2002

DUARTE, Newton. **A individualidade para-si:** contribuição a uma teoria histórico- social da formação do indivíduo. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1993.

ENGELS, Friedrich **O papel do trabalho na transformação do macaco em homem.** 3. ed. São Paulo: Global, 1986. (Col. Universidade Popular).

GÓES, Maria Cecília Rafael de. Relações entre desenvolvimento humano, deficiência e educação: contribuições da abordagem histórico-cultural. In: OLIVEIRA, Marta Kohl de. REGO, Tereza Cristina.

SOUZA, Denise Trento de. (Orgs) **A psicologia e as temáticas da vida contemporânea.** São Paulo: Moderna 2002.

LUKÁCS, G. **O trabalho.** Editore Rivnit: Roma, [1981]. (Tradução prof. Ivo Tonet – Universidade Federal de Alagoas – a partir do texto Il Lavoro, primeiro capítulo segundo tomo de Per una Ontologia dell Essere Sociale.). 1996

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade.** 3 ed. (2007) São Paulo: Paulus, 1997.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. Tradução de Regis Barbosa e Flavio R. Kothe. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação**/ Teresa Cristina Rego. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

VIGOTSKI, L.S. **a formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____, **O desenvolvimento do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

Work, education and mental disease: the labor inclusion as a human development factor

Abstract: It is current and polemic the discussion surrounding the process of social inclusion in public policies area in general, more specifically in terms of inclusion of people with mental diseases. In one capacities. And, also, it is viewed in the current context, an action that is also politic and pedagogic, in terms of opening spaces of insert people, with mental diseases, in the work market. About this aspect specifically, we try to identify how human being develops it self psychologically under the historical and cultural focus, and also to understand the development of the person with mental disease from the historical cultural reference; to understand what is and to identify, in the context, how work market is featured, actually, in relation to the person with mental disease.

Keywords: Work, inclusion, mental disease, human development.

Recebido em maio de 2008

Aceito em ago. de 2008